

SIMPÓSIO AT095

MINORIAS ÉTNICAS E A PERSPECTIVA LINGUÍSTICA-DECOLONIAL EM BOA VISTA-RR

RODRIGUES, Daniele Fernandes
UFRR
daniuism@hotmail.com
SOUZA, Emerson Carvalho
UFRR
cs.emerson@gmail.com

Resumo: O trabalho que se apresenta situa-se sob a temática do empoderamento linguístico de minorias étnicas de Roraima. Nesse contexto, a língua é destacada como determinante da condição sócio-histórica dos envolvidos, como também se atribui a ela as possibilidades de promover a valorização de grupos sociais submissos culturalmente, ao passo que instiga a desconstrução das formas veladas de poder. Assim, o estudo procura compreender de que forma os conceitos relativos à Língua Portuguesa, permeados no discurso de docentes indígenas, atuantes em sociedades historicamente subjugadas, podem se reverter em empoderamento. Logo, ecoar a voz aos referidos docentes, considerar suas concepções, atitudes e posicionamentos em relação à língua hegemônica brasileira configuram os objetivos deste trabalho. Para tanto, utilizou-se como recurso metodológico questionário aberto e fechado, no intuito de obter as percepções dos sujeitos sobre língua. Logo, o referencial teórico foi construído sob os pressupostos decoloniais de Mignolo (2007). As relações entre língua, identidade e sociedade foram ancoradas em Bakhtin (1992) e Hall (2006), entre outros. Maher (2006), Hamel (1993), Fleury (2001) e Rezende (2013) consubstanciaram a discussão envolvendo interculturalidade e relações sociais assimétricas. A tríade proposta considera a versatilidade da língua relacionada ao empoderamento cultural que por sua vez apresenta-se como essencial na desinvisibilização de ações com fins de legitimação de poder. Os resultados parciais mostram um paradoxo no qual há o zelo para que não aconteça o silenciamento da peculiaridade linguística das comunidades minoritárias como também a convicção da necessidade do conhecimento da língua dominante para a garantia de direitos elementares.

Palavras-chave: Língua; Empoderamento; Minorias; Relações de poder.

ABSTRACT: The present work has as its theme the cultural empowerment of ethnic minorities of Roraima. In this context, language is highlighted as a determinant of the historical-sociological condition of those involved. Likewise, the possibilities of promoting the valuation of culturally submissive social groups, while instigating the deconstruction of the veiled forms of power are given to the language. In this sense, the study seeks to understand how concepts related to the Portuguese Language permeated in the discourse of indigenous teachers, active in historically subjugated societies, can be reverted to empowerment. Thus, the objectives of this work are to echo the voice of these teachers, considering their conceptions, attitudes and positions in relation to the Brazilian hegemonic language. Therefore, an open and closed questionnaire was used as a methodological resource to obtain the subjects' perceptions about the language. Therefore, we use the decolonial assumptions of Mignolo (2007) for the construction of the theoretical reference. The relationship between language, identity and society was anchored in Bakhtin (1992), Hall (2006), among others. The discussions involving interculturality and social asymmetry were based on Maher (2006), Hamel (1993), Fleury (2001) and Rezende (2013). The proposed triad considers the versatility of language related to cultural empowerment which, in turn, presents itself as essential in the invisibility of actions with the aim of legitimizing power. The partial results show a paradox in which there is a worry about the gradual death of the language as well as a conviction of the importance in relation to the knowledge about dominant language in order to the assurance of their basic rights.

Keywords: Language; Fortification; Minorities; Power relations.

Introdução

Esse trabalho tem a pretensão de potencializar a voz de docentes indígenas, parte das minorias linguísticas do estado de Roraima, em relação às práticas acerca da língua hegemônica brasileira para, assim, refletir sobre suas origens e implicações na valorização cultural e essencialmente na construção da autonomia desses povos.

Desta maneira, a pesquisa de caráter investigatório se justifica pela emergência em identificar e considerar conceitos, atitudes e posicionamentos de docentes em relação aos usos da língua portuguesa, verificar como tais atitudes podem se consolidar enquanto empoderamento linguístico e sociocultural. Aliado a esse objetivo, procura-se apontar um novo olhar frente

às ações imperativas de grupos majoritários na medida em que questiona as formas de legitimação de conhecimento e instiga a reflexão sobre a problemática da imposição da língua portuguesa em seu formato canônico, excluindo assim um ensino que considere os processos próprios de aprendizagem de cada etnia. Salienta-se também a relevância social da pesquisa, a qual se insere nos estudos que destacam os aspectos linguísticos locais, por contemplar a valorização cultural das minorias étnicas de Roraima, fomentar questões latentes que perpassam os usos da língua dominante brasileira, como também em provocar novas atitudes frente à submissão cultural de minorias linguísticas.

Destarte, proponho-me a investigar tais concepções através de um questionário semiestruturado, a partir das vozes de alguns professores indígenas de Boa Vista - RR, os quais participam do curso de extensão intitulado “Educação Escolar Indígena: Da Teoria às Práticas de Letramento”, ministrado pela professora Ms. Nilmara Milena da Silva Gomes e promovido pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima em parceria com a Universidade Estadual de Roraima. Para esse fim, o arcabouço teórico de Hall (2006) e Bakhtin (1992) foram essenciais na discussão a respeito de língua, identidade e sociedade, bem como Mignolo (2007; 2017), que traz subsídios referentes ao pensamento decolonial e as diferentes relações de poder, e Maher (2006), Hamel (1995) Fleury (2001) e Rezende (2013), que esclarecem conceitos relativos à interculturalidade e seus pressupostos na educação.

1. LÍNGUA E PODER

De acordo com Maher (2006), o empoderamento de sociedades minoritárias transcorre através de 1 – politização; 2 – estabelecimento de legislações a eles favoráveis; e 3 – e da educação voltada às diferenças. Considerando essa ótica e delineando-a com a questão aqui trabalhada, busca-se por meio da educação uma forma de se romper com a sistemática de controle do conhecimento hegemônico e de ressoar a voz de classes

marginalizadas e desvalorizadas, de forma que esta é fonte expoente de desenvolvimento de potencialidades humanas que se voltam ao respeito, compreensão às diferenças e valorização da diversidade cultural e social.

A proposta de empoderamento sócio cultural de minorias, estranhamente se contrapõe à história das comunidades minorizadas as quais sofrem historicamente processos de dominação hegemônica de todas as esferas. Contudo, Foucault (1979 apud MAHER, 2006) nos deixou como herança a premissa de que o poder não é unilateral, assim sendo, considerar a forma como a língua socialmente privilegiada é concebida e transmitida por professores indígenas como também repensar as diferentes posturas referentes a essas questões, apresentam-se enquanto formas de legitimar minorias políticas e não geográficas. Portanto, tal proposição torna-se perspectiva de garantia de cidadania e de respeito com as diferentes manifestações linguísticas e culturais de grupos sociais minoritários.

2. LÍNGUA E IDENTIDADE

Falar sobre língua é também falar sobre identidade, visto o elo inegável que as integra, é estudar um campo complexo, altamente variável e sem conceitos unânimes, o que torna a pesquisa voltada a tangenciar esse tema um desafio a ser reestruturado e repensado constantemente. Desse modo, procura-se compreender cientificamente como as atitudes frente à língua portuguesa permeadas nas práticas discursivas de professores indígenas, atuantes em comunidades minoritárias, podem repercutir em empoderamento linguístico-cultural desses povos. Para tanto, é preciso que se discorra sobre língua e identidade, fenômenos sociais, que são intrínsecos ao ser humano e também aspecto importante deste trabalho, por esse motivo as concepções advindas dos estudos de Hall (2006) foram norteadoras e essenciais.

Entende-se que é por meio da linguagem que o indivíduo se reconhece como pertencente a um determinado grupo, sendo ela que organiza o pensamento, comunica e transforma as relações sociais. Para Rajagopalan

(2003, p. 70), “é na linguagem e através dela que as nossas personalidades são constantemente submetidas a um processo de reformulação”. Diante disso, enfatiza-se a importância de buscar a compreensão dos sujeitos em relação à língua, situá-los como corresponsáveis pelas mudanças sociais por onde seu discurso, carregado de valores ideológicos, é agente formador e transformador da realidade sócio-histórica de diferentes grupos.

3. LÍNGUA E INTERCULTURALIDADE

É preciso deixar claro que essa discussão não pretende seguir uma visão conservadora nem mesmo essencialista¹ (NASCIMENTO, 2012), pois ambas não abarcam as riquezas dos contatos linguísticos e culturais como também o inevitável hibridismo, as trocas e o movimento das variações linguísticas. Trata-se de reconhecer e valorizar as singularidades linguístico-culturais de diferentes povos, ou seja, uma forma de favorecer a interculturalidade. Esta é tida como uma postura que procura promover o respeito tratando como iguais todos os povos e culturas (REZENDE, 2013). Hamel (apud SILVA, 2013) discorre sobre interculturalidade a partir da indispensável reflexão sobre as desigualdades sociais, para então consubstanciar a temática envolvendo as diferenças culturais e linguísticas como forma de interromper a propagação de uma sociedade excludente e preconceituosa.

A interculturalidade é apresentada por Maher (2006) como a tentativa de dialogar com os conhecimentos e comportamentos formados de bases culturais diferenciadas, não é apenas um algo a mais a ser assimilado², e não deve ser entendida como apenas aprender a “tolerar” a cultura do “outro”. É necessário que esse conceito seja concebido como alicerce para que os sujeitos se inter-relacionem de forma humana, democrática e despida de discriminações, visto o crescente contato cultural das sociedades pós-modernas.

¹ A perspectiva essencialista concebe o hibridismo cultural como negativo.

² A teoria assimilacionista preconiza que as culturas ditas inferiores sejam assimiladas pela dominante (SILVA, 2001).

4. METODOLOGIA

Com o objetivo de interpretar as ações sociais sob o cenário educacional considerando o contexto sócio-histórico dos envolvidos, a escolha da pesquisa qualitativa se justifica pela dinâmica em considerar variáveis, crenças, atitudes e subjetivações que não cabem estatísticas. Sob outro enfoque, porém essencial à compreensão do fenômeno como um todo, a abordagem quantitativa fornece dados que dialogam com os obtidos na pesquisa qualitativa consubstanciando, assim, as informações buscadas.

A seguinte subunidade propõe-se a descrever o desenvolvimento e aplicação do questionário bem como o contexto no qual os informantes se encontravam. Todos os sujeitos de pesquisa são docentes indígenas participantes do curso de extensão “Educação Escolar Indígena: Da Teoria às Práticas de Letramento” ministrado pela professora Ms. Nilmara Milena da Silva Gomes e promovido pelo Centro Estadual de Formação dos Profissionais da Educação de Roraima em parceria com a Universidade Estadual de Roraima.

5. OS SUJEITOS DA PESQUISA

Os participantes da pesquisa fizeram parte do curso de extensão intitulado “Educação Escolar Indígena: Da Teoria às Práticas de Letramento”, previamente descrito, compondo um grupo de 31 pessoas. Estes são professores indígenas de diferentes áreas do conhecimento, como educação física (1), licenciatura intercultural (15), pedagogia (4), história (2), matemática (1), biologia (1), língua espanhola (2), magistério (1) e língua portuguesa (4). Atuantes nas seguintes escolas indígenas: Riachuelo (8), localizada no município de Alto Alegre, Sizenano Diniz (4), Antônio Domingos Malaquias (8) e Tuxaua Luis Cadete (11) situadas na cidade de Cantá. Dos 31 cursistas, 7 se declararam do sexo masculino e 24 do feminino, se apresentam dentro da faixa etária de 28 a 54 anos e alguns afirmaram ainda estar em formação, porém já atuando como professor, enquanto outros possuem até 20 anos de formação. Tais professores se encontravam em formação continuada e discutiam, entre outros, o letramento no contexto da educação básica indígena.

6. A VOZ DE PROFESSORES INDÍGENAS DE RORAIMA

Conceber a língua portuguesa pelos olhos do subjugado sócio e culturalmente, é reconhecer as razões históricas pelas quais se dão seus posicionamentos relativos a esta como também compreender sua postura frente à condição de submissão cultural. Diante disso, as professoras indígenas narraram seus diferentes pontos de vista relativos aos usos da língua portuguesa na comunidade:

“Hoje pode se falar nenhum (aspecto negativo) mas antigamente sim que os indígena apanhavam para não falar sua língua e sim a língua portuguesa.” (Maria)

O relato revela tanto a violência simbólica (MACHADO, 2016) como também a física, ainda presente no discurso e na memória dos envolvidos. Ou seja, a presença constante de uma colonização ainda em prática sendo perpassada no discurso, repercutindo assim no modo de pensar e agir da comunidade.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A legitimidade das línguas de grupos minoritários ganha próspero espaço, porém há muito o que se conquistar para que de fato essas línguas, ainda parcialmente marginalizadas, sejam valorizadas culturalmente e reconhecidas como parte da configuração de uma nação múltipla como a brasileira. Assim, se sublinha o caráter hegemônico e ideológico do monolinguismo que permeia as sociedades pela educação, tecnologia e outros, fazendo com que a tentativa ilusória de uniformidade de língua nacional represente ascensão, pertencimento ou igualdade.

Referências parciais

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução Maria Ermanita G. G. Pereira. Martins Fontes, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais para formação de professores indígenas**. Brasília: Ministério da Educação, 2002.

CAVALHEIRO, J. R. Da representação mediática à recepção política. Discursos de uma minoria. **Sociologia, problemas e práticas**, n. 51, p. 73-93, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n51/n51a05.pdf>>. Acesso em: 02 de jun. 2018.

DELEUZE, G. **Michel Foucault: as formações históricas**. Tradução de Cláudio Medeiros e Mario A. Marino. São Paulo: N-1 Edições; Editora Filosófica Politeia, 2017.

FLEURY, R. M. **Multiculturalismo e interculturalismo nos processos educacionais**. Rio de Janeiro: 2001.

FLORES, L. Centro Amazônico de Formação Indígena (CAFI). Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB). In: MATO, D. (coord.). **Instituciones Interculturales de Educación Superior en América Latina. Procesos de construcción, logros, innovaciones y desafíos**. Caracas: Instituto Internacional de la UNESCO para la Educación Superior en América Latina y el Caribe (UNESCO-IESALC), 2009. P. 103-122.

FREIRE, P. **Educação como prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GOHN, M. G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 20-31, maio-ago. 2004.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

MAHER, T. M. **A educação do entorno para a interculturalidade e o plurilinguismo**. UFG, 2006.

REZENDE, T. F. **Ensino intercultural de português para indígenas**. Goiânia: UFG, 2013.

REZENDE, T. F. Praticar a escrita em português intercultural com os indígenas da região Araguaia-Tocantins. In: SILVA, M. S, P.; BORGES, M. V. (Orgs.). **Educação Intercultural: experiências e desafios políticos pedagógicos**. Goiânia: PROLIND/SECAD-MEC/FUNAPE, 2013.